



Conciliar
também é
realizar **justiça**



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. L. Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

*Alexandre Gonçalves, Angélica Betencourt,
Gilberto Bonk, Marcio Lopes e Marcos Tosi*

Fotos desta edição:

*Alexandre Gonçalves, Angélica Betencourt
e Gilberto Bonk*

Revisão:

*Alexandre Gonçalves,
Gilberto Bonk e Marcos Tosi*

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Conciliação: novo lema, mesma prioridade

Um novo lema integra os documentos oficiais emitidos pelas unidades judiciárias vinculadas ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná: **“Conciliar também é realizar justiça”**. Aprovado em sessão do Tribunal Pleno, o slogan substitui a frase “A conciliação é o melhor caminho para a paz”, adotada em 2014.

Na mesma linha de fortalecer a cultura da conciliação, o Tribunal entregou em fevereiro um diploma de honra ao mérito às três unidades que obtiveram em 2014 os melhores índices de acordos na fase de conhecimento. Foram elas: VT de Rolândia (76,23% em acordos); VT de Assis Chateaubriand (74,35%) e 2ª VT de Toledo (73,19%).

MAIS ESPAÇO

O Juízo Auxiliar de Conciliação, em Curitiba, está desde março em um espaço mais amplo e próximo das pessoas que buscam diariamente a Justiça do Trabalho.

As cinco novas salas do JAC ficam no andar térreo do fórum trabalhista, em local de fácil acesso, e representam uma ampliação de 70% da área anteriormente ocupada no prédio anexo.

Além da ampliação física, o Juízo Auxiliar de Conciliação adotou uma nova metodologia de trabalho, inspirada em uma experiência bem sucedida no TRT de Goiás.

As audiências de conciliação poderão acontecer simultaneamente, com apoio de servidores especialmente qualificados para mediar conflitos. A coordenação e supervisão das sessões ficará a cargo da juíza gestora do JAC, Anelore Rothenberger Coelho. A unidade recebe anualmente quatro mil processos. Em 2014, o JAC alcançou um patamar de 61% de conciliação, movimentando R\$ 93 milhões em acordos quitados.



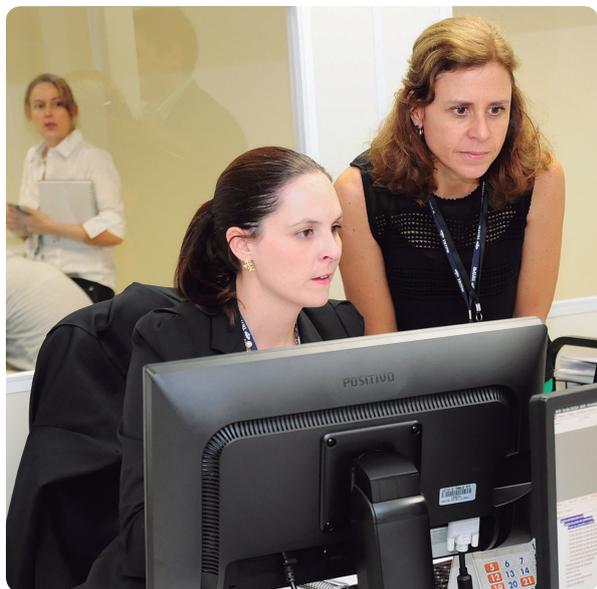
Alexandre Gonçalves

Juiz Paulo da Cunha Boal, da VT de Rolândia, com a desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado



Alexandre Gonçalves

Juíza Gabriela Macedo Outeiro, da 2ª VT de Toledo, com a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista



Alexandre Gonçalves

Novo espaço do JAC tem cinco novas salas para conciliação



Alexandre Gonçalves

Juiz Silvio Cláudio Bueno, da VT de Assis Chateaubriand, recebe diploma das mãos da desembargadora Ana Carolina Zaina



“ *Empregados, empregadores, profissionais autônomos ou aqueles que trabalham em domicílios, enfim, todos os trabalhadores do Brasil merecem um Judiciário acessível e confiável, sendo a construção deste Judiciário tarefa a que todos nós devemos nos dedicar e com a qual estou comprometido.* ”

Desembargador Aramis de Souza Silveira, durante cerimônia de posse solene realizada em 6/3/2015, no plenário do prédio histórico que sedia a Justiça do Trabalho no Paraná, em Curitiba.



Presidente Altino Pedrozo dos Santos entrega placa alusiva ao evento de posse do novo desembargador

Alexandre Gonçalves



Aramis de Souza Silveira recebe a toga das mãos da esposa

Alexandre Gonçalves



O novo desembargador do TRT-PR ao lado dos pais

Alexandre Gonçalves



Audiência recebeu familiares, amigos e integrantes da comunidade jurídica

Alexandre Gonçalves

Para encontrar história, gire o volante



Alexandre Gonçalves

Novas estantes deslizantes permitem condições ideais de conservação e guarda de processos

Quando fechadas, as estantes formam um bloco compacto onde os processos judiciais com valor histórico ficam protegidos da luz e da umidade. Mas basta girar um volante e as prateleiras se separam suavemente, deslizando sobre roldanas e fazendo aparecer exatamente a seção onde estão os arquivos desejados.

A tecnologia das estantes deslizantes funciona no Arquivo Permanente do TRT-PR, no bairro Cajuru, em Curitiba. O conjunto com 270 módulos de estantes foi adquirido com recursos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Autos de processos tramitados entre os anos de 1934 e 1985 foram os primeiros realocados para o espaço.

A temperatura no local é sempre de 20° e a umidade relativa do ar gira em torno de 50%. Altos índices de temperatura e umidade aceleram a deterioração dos documentos, além de permitir a proliferação de pragas e o ataque de micro-organismos, como fungos e bactérias. Por outro lado, ambientes muito secos desidratam o papel e o deixam quebradiço e de difícil manuseio.

O Arquivo Permanente, que fica no bairro Cajuru, em Curitiba, está em plena movimentação para acomodar 134 mil processos que retornaram da Universidade Estadual de Maringá (UEM) para onde tinham ido, por convênio, após incêndio que destruiu parte do Arquivo Público do Paraná, em 1989.

Curso aborda 5W2H e outros segredos da comunicação corporativa interna

5W2H. O que à primeira vista parece um código ou senha de acesso, são as iniciais em inglês de uma ferramenta administrativa fundamental para comunicar com clareza os projetos no dia a dia das instituições ou empresas. Qualquer iniciativa precisa ter bem definidos os cinco “dáblios” e dois “agás” (ver ilustração ao lado), explicitando o que será feito (etapas); por que será feito (justificativa); onde será feito (local); quando será feito (tempo); por quem será feito (responsabilidade); como será feito (método); e quanto custará fazer (custo).

O 5W2H foi um dos conceitos apresentados em detalhes no curso “Comunicação Corporativa Interna”, que reuniu um grupo de 37 gestores do TRT-PR, em fevereiro, ministrado por Thiago Ayres, consultor com experiência em grandes empresas como Case New Holland, GVT e HSBC. Entre as atividades, os gestores criaram um plano de comunicação experimental para três projetos distintos: instalação de uma nova vara, implantação do processo eletrônico e criação de um portal na internet.

Outras habilidades trabalhadas foram a gerência de reuniões e a produção de relatórios, de forma a garantir a otimização do tempo, reunindo somente as pessoas certas, com responsabilidades bem definidas, pauta delimitada, prazos e pendências devidamente acompanhados. Uma dica do especialista, nesta época de comunicação



digital: depois da conversa, o telefone ainda é uma das melhores formas para se comunicar de forma rápida e objetiva, no tom desejado e com instantaneidade do diálogo, o que nem sempre acontece via e-mail, mecanismos de bate-papo ou de recados. O curso teve uma das maiores médias de avaliação recentes pelos participantes: nota 9,72. A proposta foi capacitar os gestores, integrando ao cotidiano procedimentos e métodos que permitam melhorar a comunicação interna deste Tribunal, macrodesafio do Planejamento Estratégico 2010/2014 que será também adotado para o sexênio 2015/2020, com aperfeiçoamento de seus indicadores.

■ Perfil: Desembargadora Ana Carolina Zaina

“Filha, você tem jeito para o Direito”



Alexandre Gonçalves

Agenda cheia e assessores com pressa não mudam a atitude da desembargadora Ana Carolina Zaina para com qualquer pessoa que a procura: “pois não, por favor, diga”. Esta disposição natural para dar atenção e ouvir, reforçada no exercício diário da magistratura, pode significar, por exemplo, uma audiência de dissídio coletivo mais demorada do que o habitual. Isso não incomoda a desembargadora, que se lembra do conselho de um juiz experiente, no início da carreira: “Minha filha, é melhor perder tempo na audiência do que depois, por não conseguir dormir”. Outro conselho, nunca esquecido, veio do pai, que achou que Ana Carolina levava jeito para a carreira jurídica. A vida se encarregou de mostrar que ele estava certo.

Vice-presidente do TRT-PR, a desembargadora Ana Carolina conversou com a reportagem do informativo Nona.

// *O Paraná é a minha terra; Curitiba, nem se fala. Aqui nasci, estudei e trabalhei. Sou egressa da Faculdade Curitiba, que hoje é UniCuritiba. Tenho paixão pelo Direito. Alguns familiares distantes já ocuparam a carreira jurídica, mas, comigo, foi meio folclórico. Eu gostava de ler e de escrever e meu pai disse: “Por que você não tenta a faculdade de Direito? Você tem jeito para o Direito”. Segui o conselho paterno. Foi uma frustração para minha mãe, que queria que os sete filhos fossem médicos. E todos prestaram vestibular para medicina, mas só duas filhas passaram. Uma é médica, a outra disse para a mãe: “passei, mas não vou cursar”. E foi fazer nutrição.*

Eu acredito muito na oralidade, em ouvir e se ouvir. Muitas vezes a pessoa se convence ao falar, ao perceber no que o outro pode ter razão: “Por que eu estou brigando aqui?”

Os dissídios coletivos são o dia na Corte para as partes. Elas querem ser ouvidas. Todos querem pão, prosperidade e paz, cada qual tem a sua verdade, e o papel do juiz é conciliar os interesses. Não adianta achar que o juiz vai dar a sentença e dizer cumpra-se. Se a sociedade não aceita aumento (de tarifa), se o Estado diz que não tem dinheiro, então, de que jeito o cumpra-se? Não deve ser a decisão de um terceiro para a sociedade, mas da própria sociedade, dentro dos moldes firmados pelo Judiciário.

O início da carreira foi um momento muito bonito, porque logo na sequência veio a Constituição Federal de 1988. Eu vim de uma turma capitaneada pelo Dr. Gunther, primeiro lugar no concurso e um homem comprometido com os estudos. Ele é uma referência para todos nós até hoje. Recentemente, vim saber que a década de 90 foi a de maior produtividade no TRT do Paraná. Claro que não fomos os únicos integrantes da carreira que contabilizaram esses números, mas era um momento muito bonito, e ainda é, e sou encantada pela carreira até hoje.

“A Justiça Trabalhista incomoda porque patrocina a inclusão numa relação delicadíssima, herdeira de um modelo de escravidão”

A Justiça Trabalhista incomoda. E por que incomoda? Porque pretende patrocinar a inclusão, a igualdade material em uma relação delicadíssima, herdeira de um modelo de escravidão. O ranço no inconsciente coletivo é muito forte. Com a Constituição de 88, houve um desprendimento daquela figura do juiz como “boca da lei”, alçaram-se voos bem mais altos no sentido de conferir um significado ao texto da lei, construir o valor justiça na análise de cada caso concreto.



Alexandre Gonçalves

Um caso inesquecível foi de uma esposa que veio defender o marido em uma questão de justa causa. “Eu quero falar com o juiz”, ela dizia. A demissão foi porque questionavam a idoneidade do marido após o desaparecimento de algumas peças de automóveis. Era um japonês com 22 anos de casa. ‘A senhora sabe que a cultura dele não permite isso’, disse a esposa. Mas o que mais me marcou foi ela deixar a roupa no tanque e vir falar com o juiz. Eu me lembro das mãos dela cheirando à água sanitária. Isso mostra a importância de receber as pessoas, porque o Judiciário é uma casa que pertence ao cidadão indistintamente.

Em outro caso, também de justa causa, uma operadora de caixa de supermercado não queria fazer acordo, mesmo com oferta de pagamento das verbas pedidas pelo advogado. Ela queria um papel que afirmasse que era inocente. ‘Eu não vim buscar dinheiro, vim buscar a minha inocência’. Ela contou que tinha sido casada, que o marido era chefe do almoxarifado, se juntou com uma das fornecedoras e simulou notas promissórias. Ela nem estava mais com ele e tinha sido despedida por justa causa, porque achavam que sabia da fraude. Mas, como, se não sabia nem da traição?

Esses dois casos mostram o poder do juiz aos olhos do povo. As pessoas dizem que a Justiça demora, mas é porque ela precisa de muita cautela. Essas mulheres buscavam uma reparação da integridade moral.

A conciliação tem uma carga negativa, para alguns, porque toda mudança carrega esta carga negativa. O dito popular diz que “em time que está ganhando não se mexe”. Mas estamos mesmo ganhando? Há dois anos, em um congresso latino-americano em que participei, foi constatado que o Judiciário nunca produziu tantas decisões formais e nunca interferiu tão pouco na construção de uma sociedade melhor. Melhor no sentido de dignidade, inclusão social, justa distribuição de renda, equilíbrio entre as partes. Qual é o nosso nível de eficiência? Estamos cumprindo a nossa missão de pacificar? Produzimos muito, mas solucionamos? Esta é a grande questão. A conciliação torna as partes protagonistas do valor justiça.

O coração da Justiça pulsa no primeiro grau, isso é incontestável. Sempre foi e sempre será o cartão de visitas do Poder Judiciário. É óbvio que esta priorização envolve também aspectos administrativos, a saúde da magistratura como um todo, o foco nas conciliações. Por mais que possa desagradar, a conciliação é a nova onda do processo que faz parte do Século 21, porque a sociedade não espera mais gastos em estruturas e poucas soluções. //

Hobby: um bom livro, uma boa música.

Ditado: “O que não me mata, me fortalece”
(Friedrich Nietzsche)

Lugar especial: minha casa, minha cidade.

Culinária: comida mineira.

Magistratura recebe novos integrantes

Tribunal Regional do Trabalho do Paraná empossou no primeiro trimestre de 2015 mais quatro juízes substitutos. Roberto Wengrzynovski (16/03), Alessandra Casaril, Sandro Gill Brites da Costa e Thamara Talini Zanchet (09/01) chegaram por processo de remoção interregional.



Roberto Wengrzynovski vem do TRT do Mato Grosso do Sul para iniciar uma nova carreira onde já atuou como servidor: “Este Tribunal, mais do que o local em que durante oito anos deixei meu trabalho, representa a extensão da minha casa, é parte da minha essência”.



Thamara Talini Zanchet chega ao Regional paranaense após três anos como juíza do TRT da 23ª Região: “Volto ao Paraná para me estabelecer definitivamente, volto para o lugar que escolhi para construir uma carreira e constituir minha família”.



Alessandra Casaril entrou para a magistratura pelo Tribunal do Trabalho da 21ª Região, há quatro anos: “Espero construir uma bonita história jurisdicional nesta casa que hoje me acolhe”.



Sandro Gill Brites da Costa estava no TRT-MS e retorna ao TRT-PR onde foi servidor por quase 23 anos: “Sinto um grande orgulho de ter sido servidor deste Tribunal e espero poder continuar colaborando com o meu trabalho, agora nessa nova função de juiz substituto”.

JUIZ TITULAR

Antes da chegada dos novos juízes substitutos, a carreira foi movimentada com a promoção de Alexandre Augusto Campana Pinheiro a juiz titular da Vara de Dois Vizinhos, por merecimento. Alexandre atuou no TRT da 23ª Região por seis anos e, no Paraná, foi juiz substituto nas Varas de Dois Vizinhos, Apucarana, Campo Mourão, Toledo, 3ª e 4ª de Maringá, Araçongas, Rolândia, 1ª de Cascavel e 5ª de Londrina. “Hoje realizo um sonho que me acompanha desde fevereiro de 2000, quando comecei minha carreira na magistratura, ainda no Mato Grosso”, afirmou.



Dedicação extra para compartilhar experiência com grupos de servidores

A agenda do juiz Luzivaldo Luiz Ferreira reserva, toda semana, pelo menos duas horas para ministrar aulas e aprimorar o conhecimento jurídico de servidores da Vara do Trabalho de Cianorte e do Fórum de Maringá. O que começou de maneira informal é hoje uma iniciativa reconhecida pela Escola Judicial, que contabiliza as aulas para fins de adicional de qualificação.

A ideia do grupo de estudos surgiu de conversas com servidores de Cianorte, interessados em se aprofundar nos assuntos jurídicos. “Quando propus um curso, obtive resposta muito favorável”, afirma o juiz, natural de Ourinhos (SP) e que atua há 15 anos na magistratura trabalhista. Já no primeiro ano, o interesse pelo curso aumentou e as aulas acabaram sendo estendidas a 25 servidores de Maringá.

Entre os tópicos analisados estão contrato de trabalho, remuneração e salário, audiências e intervenção de terceiros no processo. Para a abordagem das matérias, o juiz utiliza os assuntos retratados nas Súmulas do TST.

Oficial de justiça por onze anos no Tribunal de Justiça de São Paulo, Luzivaldo se interessou pela magistratura trabalhista após assistir a exames orais do concurso para juiz do TRT da 15ª Região (Campinas): “a partir de então, fixei como meta esse ramo do Direito”. Em 2001,



Alexandre Gonçalves

Magistrado criou curso para aprofundar questões jurídicas

ingressou na magistratura pelo TRT do Rio Grande do Sul, sendo removido no ano seguinte ao Paraná. O magistrado está à frente da Vara do Trabalho de Cianorte desde 2013, numa região que é polo industrial de confecções, onde “empregados e empregadores mostram-se sempre receptivos às propostas de acordo do juízo”.

O juiz Luzivaldo é casado com a servidora Fabíola Ernlund Salaverry Ferreira, lotada no Fórum Trabalhista de Maringá, e tem dois filhos. Nas horas de lazer, tenta aprender a jogar futebol, como brincam alguns amigos juizes. Também aprecia gastronomia. “Até me arrisco na cozinha. Estou folheando um livro sobre cozinha italiana, minha preferida”.

Porta única nacional para advogados se inspira em solução paranaense

Uma comissão de advogados da OAB nacional está testando as funcionalidades do Escritório Digital, uma ferramenta desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e inspirada em solução do TRT-PR implantada há cinco anos, com elevados índices de satisfação entre os usuários.

O CNJ espera concluir em breve a atualização da última versão do PJ-e, já com a implementação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), que possibilitará aos advogados fazer consultas em 30 tribunais de vários ramos da Justiça que já operam com o processo eletrônico nacional. Em uma segunda etapa, o Escritório Digital possibilitará o acesso a qualquer um dos 91 tribunais brasileiros, eliminando centenas de cliques para acessar plataformas não integradas. A partir de uma única porta

de entrada, será possível localizar processos de interesse, fazer petições iniciais e qualquer manifestação nos autos.

A participação dos advogados no desenvolvimento da ferramenta segue o mesmo caminho trilhado no Paraná. “O segredo da ferramenta do TRT-PR foi ouvir a opinião do advogado”, afirmou o presidente da Comissão de Tecnologia da Informação da OAB-PR, Márcio Nicolau Dumas.

Responsável pela instalação do Escritório Digital no Paraná, o juiz Bráulio Gabriel Gusmão é o gestor do desenvolvimento da ferramenta nacional, no CNJ.

Entre setembro e outubro de 2014, uma pesquisa da OAB paranaense mostrou que 85% dos advogados estavam satisfeitos ou totalmente satisfeitos com os serviços do Escritório Digital.

Começa cadastramento para instituições se habilitarem a receber verbas judiciais



Camilla Mendes (Assessoria de Imprensa - Pequeno Príncipe)

Hospital Pequeno Príncipe é uma entre dezenas de instituições que poderão ser beneficiadas

Mais de 100 instituições reconhecidas como de utilidade pública ou organizações da sociedade civil de interesse público já iniciaram o processo de credenciamento para receber verbas provenientes de decisões judiciais do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

As entidades que apresentarem corretamente a documentação exigida pelo Edital nº 03/14, publicado em dezembro do ano passado, poderão ser beneficiadas com o repasse de valores resultantes de multas e outras verbas de processos em que todos os credores já foram satisfeitos e não é possível dar outro encaminhamento aos recursos.

A chefe da Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental do TRT-PR, Ana Cristina Barbosa Gomes, explica que para o credenciamento ser aprovado a entidade interessada precisa seguir todas as normas exigidas pelo edital. “Temos que ser muito cuidadosos na análise dos cadastros. A grande maioria da documentação que chegou até agora apresenta falhas, mas estamos orientando essas entidades na tentativa de sanar os problemas e concluir os credenciamentos”, afirmou.

A previsão é de que até o final do mês de abril uma lista de instituições já esteja disponível no site do TRT-PR para fins de consulta e direcionamento de valores por parte dos magistrados.

Em todos os casos, a destinação das verbas será definida pelo juízo em que o recurso estiver disponível e, sempre que possível, a prioridade será das entidades que atuarem em local abrangido pela jurisdição da unidade competente para processar a ação que originou o dinheiro.

CRENCIAMENTO

O modelo do Termo de Credenciamento pode ser retirado diretamente na Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental do TRT-PR (Vicente Machado nº 147 - 3º andar, em Curitiba) e também está disponível no ANEXO I do Edital nº 03/14, publicado no site do Tribunal (www.trt9.jus.br), link Contas Públicas/Licitações (coluna esquerda da página principal), sob o título Editais de credenciamento.

Esclarecimentos referentes ao edital podem ser obtidos pelo telefone (41) 3310-7470.

Sistema e-Gestão: treinamento para manter o foco no que é mais importante

Mais de 200 servidores participaram, entre fevereiro e março, de treinamento sobre como aprimorar o lançamento dos dados processuais que mais impactam nos critérios para análise de pedidos de criação de novas varas, cargos e funções (IPC-Jus), e para remoção, promoção, convocação e vitaliciamento de magistrados.

O Índice de Produtividade Comparada do Judiciário (IPC-Jus), divulgado anualmente, leva em conta os dados do Justiça em Números, que se baseiam em informações extraídas pelo sistema e-Gestão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Os treinamentos foram ministrados por servidores da Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística (SEPEGE) em Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel, e envolveram pelo menos dois servidores de cada Vara do Trabalho.

Os participantes receberam seis manuais simplificados do e-Gestão (checklists) com as ações cotidianas que precisam ser registradas para efetivamente contabilizar o trabalho realizado.

Por meio do atalho "itens prioritários", inserido na área de trabalho do computador, o servidor pode coti-

dianamente verificar se os dados estão corretos, fazendo ajustes. O próprio sistema dispõe de ferramentas que apontam inconsistências mais comuns.

A ferramenta dos checklists tem criado um ambiente colaborativo em que há rápida resolução de problemas, até então, encobertos. A partir do relato de inconsistência de dados, feito por um servidor, foi possível, por exemplo, constatar a existência de aproximadamente 17 mil processos não baixados nas Varas do Trabalho, da época da Emenda Constitucional 45.

Eram processos que já haviam sido resolvidos no TRT e encaminhados diretamente à Justiça Comum, mas que ainda estavam como pendentes de baixa na estatística do primeiro grau.

A cada problema relatado, a SEPEGE, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento de Sistemas em Tecnologia da Informação e Comunicação - SDSTI, verifica se a correção se aplica a outros casos e faz o ajuste no sistema, por vezes com repercussão em centenas de processos. Com os ajustes efetuados a partir da atuação das varas, os dados do e-Gestão vêm, rapidamente, se tornando um retrato ainda mais fiel da realidade da Justiça do Trabalho do Paraná.

ROBERTO NÃO PREENCHEU METADE DO GABARITO. SERÁ QUE ELE VAI PASSAR NA PROVA?

Na Justiça do Trabalho, o "gabarito" se chama e-Gestão. É com base nas informações do e-Gestão que o CNJ calcula o Índice de Produtividade Comparada - IPC-Jus.

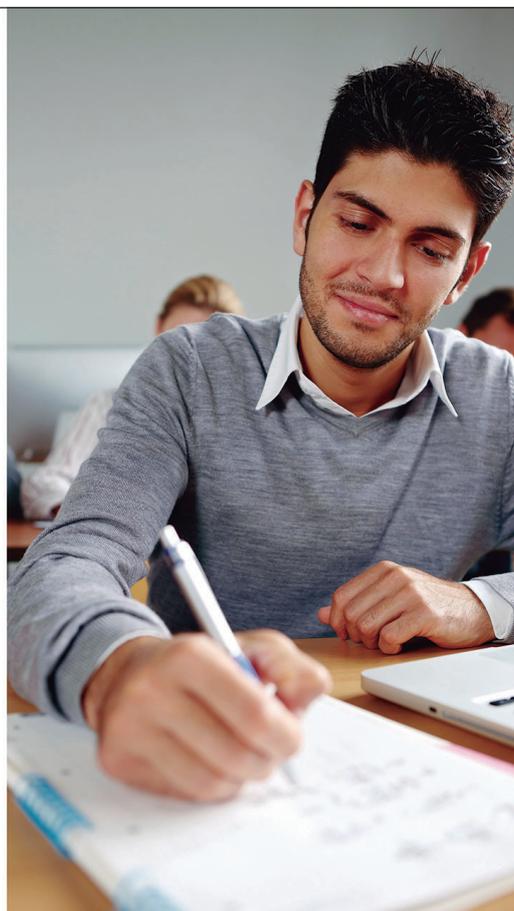
O índice é um ranking dos tribunais brasileiros usado na análise de qualquer pedido de criação de novas varas, cargos e funções, e para promoção, remoção e vitaliciamento de magistrados.

A diferença é que se o Roberto não preenche o gabarito, só ele sai prejudicado, enquanto no TRT-PR todos perdem quando o serviço não é relatado. Se você não lançar no SUAP e no PJe, o e-Gestão não consegue registrar o seu trabalho.

Use o checklist básico.
Lance os dados no e-Gestão.
Todos só têm a ganhar.

 **CHECKLIST
BÁSICO**

 Sistema
e-GESTÃO



Garanta a vaga neste time!



Seja um brigadista do TRT-PR

Há conhecimentos que
são úteis para toda a vida

Saber como agir em uma situação de emergência é um deles. O TRT-PR vai formar brigadistas para garantir mais segurança a todos os que utilizam suas instalações.

Inscreva-se

Procure a Seção de Fisioterapia e Segurança do Trabalho, pelo telefone (41) 3310-7142.



TRTPR
Seção de Fisioterapia e
Segurança do Trabalho